



NOTAS EXPLICATIVAS DO 4º TRIMESTRE DE 2019

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) são elaboradas em consonância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000. Além de abranger as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014) e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

Deste modo, as demonstrações contábeis visam fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade em relação à sua situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. As notas explicativas são compostas pelas seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Orçamentário (BO);
- III. Balanço Financeiro (BF);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Vale ressaltar que a adoção do conceito de conta única decorrente do princípio de unidade de tesouraria, instituído pelos arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, exige o controle das receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, em caixa único. Com isso, no BF os saldos advindos de exercício anterior com destinação para o seguinte deverão constar no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados conforme as opções e premissas do modelo PCASP incluem:

2.1. Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. Portanto, no âmbito da UFV, as demonstrações contábeis não apresentam registros em moeda estrangeira. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.05 – Conta Única do Tesouro Nacional.*

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o dinheiro em caixa oriundo da Conta Única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Além disso, a UFV possui a conta Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira (dólar) referente ao Bônus da UNESCO devidamente convertidos em Reais. *Manual Siafi, macrofunções: 02.03.25 – Registro dos Ajustes dos Efeitos da Variação Cambial; 02.03.05 – Conta Única do Tesouro Nacional.*

2.3 Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber em curto prazo decorrentes de créditos não tributários; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos e valores a compensar, entre outros. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros. *Manual Siafi, macrofunções: 02.03.37 – Créditos a Receber – Clientes; 02.03.38: Créditos Oriundos de Transferências a Receber – Doações; 02.03.39: Créditos Decorrentes de Empréstimos e Financiamentos Concedidos; 02.03.41: Créditos a Receber – Tributos a Recuperar ou Compensar; 02.03.42: Ajustes para Perdas Estimadas; 02.11.38: Diversos Responsáveis.*



2.4. Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. Nas saídas, o método para mensuração e avaliação dos estoques é o Custo Médio Ponderado. No âmbito da UFV, ressalta-se a possibilidade de redução de valores do estoque em razão das contas de ajustes de perdas ou valor de mercado, quando o registrado superar o de mercado. *Manual Siafi, macrofunções: 02.03.48 – Estoques; 02.03.42 – Ajustes para Perdas Estimadas.*

2.5. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis reconhecido inicialmente pelo valor ou custo de aquisição, construção ou produção. Após reconhecidos, os bens sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (em caso de vida útil definida), redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado se aumentarem a vida útil do bem e serem capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo. Quando os gastos não geram tais benefícios são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. *Manual Siafi, macrofunções: 02.03.44 – Bens Imóveis; 02.03.43 – Bens Móveis; 02.11.34 – Movimentação e Alienação de Bens; 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.; 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.*

2.6. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor sofridas ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os intangíveis referem-se, principalmente, aos softwares de vida útil definida, chamados de softwares de prateleira, e indefinida se desenvolvidos institucionalmente pelo setor de Tecnologia da Informação da instituição em questão. No âmbito da UFV, encontram-se registrados contabilmente os softwares de vida útil indefinida adquiridos de terceiros. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.; 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável; 02.03.45 – Ativos Intangíveis.*

2.7. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a contabilização da depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, que engloba os custos diretos e indiretos. Portanto, aplica-se o método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens imóveis não objeto de cadastro no SPIUnet, e quotas constantes, para os bens móveis.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis, não cadastrados no SPIUnet, e bens móveis deve iniciar no primeiro dia do mês seguinte à sua colocação em uso. Entretanto, se o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

2.8. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. O valor depreciado dos bens imóveis da UFV é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição por meio do Método da Parábola de Kuentzle, sendo o registro realizado no Siafi pela CCONT/STN. A depreciação iniciará no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada



deve ser zerada e reiniciar a partir do novo valor. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

2.9. Passivo circulante

As obrigações da UFV são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos devidos encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações. *Manual Siafi, macrofunção: 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos; 02.03.17 – Restos a Pagar.*

2.10. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

2.10.1. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que a geração de benefícios econômicos fluirão para a UFV e podem ser mensuradas confiavelmente por meio do regime de competência. Ressalta-se a exceção quanto às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa conforme orientação do modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos para a UFV, que implica na saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos com base no regime de competência. As despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas seguem o regime de caixa de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD em contrapartida a uma conta de apuração. Após isso, o resultado obtido é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP, que semelhantemente à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, evidencia o resultado patrimonial como medida do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

2.10.2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da UFV, como os demais órgãos da União, segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas com base no art. 35 supracitado. O Superavit/Deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O deficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário e o superavit com as despesas.



As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita abrangem os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados às despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.10.3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, ocorridos durante o exercício, que alteraram as disponibilidades da UFV. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Contudo, esse resultado não deve ser confundido com o superavit ou deficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Além disso, em observância ao princípio de caixa único, pode-se verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimentos e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Assim, pode-se comparar os fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e o total do passivo a fim de identificar, por exemplo, a parcela de recursos utilizada para pagamento da dívida e investimentos e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao valor disponível que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, para atender as despesas com vinculação de pagamento, com o registro contábil realizado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento à disposição dos órgãos. Além de contemplar o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda nacional.

O total da conta Caixa e Equivalentes de Caixa pode ser observado no Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa. A variação entre o saldo apresentado nos encerramentos dos exercícios de 2018 e 2019 foi negativo em 3,31%.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.128.265,21	73.566.457,46	(3,31)

Fonte: Siafi Web, 2019.

Além disso, do total de R\$ 71.128.265,21 referente a composição da conta Caixa e Equivalente de Caixa, R\$ 61.023.014,00 (85,79%) correspondem aos repasses financeiros para o pagamento da folha de pessoal do mês de dezembro/2019 registrados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem pagamento.

Vale ressaltar que a rotina de pagamento sofreu mudanças a partir de 31/12/2018, ou seja, as ordens de pagamento da folha de pessoal foram assinadas no último dia útil do mês e seus valores foram creditados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento e debitados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento até a sua efetivação no primeiro dia útil do mês seguinte.

No grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa está incluso o saldo de Caixa em moeda estrangeira de R\$ 18.708,70 indevidamente, que é passível de alteração e reclassificação no exercício de 2020 conforme Relatório de Inconsistências e Restrições encaminhado à STN por se referir à bônus adquiridos da UNESCO.

3.2. Demais créditos e Valores a curto prazo



Essa conta se refere à baixa de adiantamento de férias, 13º salário e demais verbas trabalhistas de servidores, cuja representatividade no grupo do Ativo chegou a 5,71%. Em relação ao exercício de 2018, apresentou uma variação negativa de 69,56%.

Tabela 2 – Demais créditos e Valores a curto prazo

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %
Adiantamentos concedidos à pessoal	679.668,36	46,71	4.030.478,19	84,31
Adiantamento a prestadores de serviços	25.174,91	1,73	0,00	-
IRRF a compensar	210.103,71	14,44	210.103,71	4,39
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	540.174,97	37,12	540.174,97	11,30
Demais créditos e Valores a curto prazo - Total	1.455.121,95	100,00	4.780.756,87	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019.

No 4º Trimestre de 2019, o valor de R\$ 679.668,36 referiu-se aos adiantamentos de salários, ou seja, cerca de 46,71% do total dos demais créditos e valores a curto prazo destinaram-se ao pagamento do quadro de pessoal da instituição.

O adiantamento a prestadores de serviços apresentado no fechamento do exercício de 2019 se refere às despesas de contratação de empresas de despacho aduaneiro visando o pagamento de despesas acessórias com importação.

A conta de IRRF a compensar, após apuração das inconsistências contábeis decorrentes das equações 298 e 696, é passível de baixa no exercício de 2020 conforme Relatório de Inconsistências e Restrições encaminhado à STN.

O saldo de Outros créditos a receber e valores a curto prazo remetem aos créditos a receber de acerto com ex servidores, conforme processo em análise na Procuradoria Jurídica, sendo necessário a conciliação dos valores registrados de R\$ 390.974,32. Além disso, após a análise das inconsistências dos créditos a receber de folha de pagamento no valor de R\$ 149.200,65 será providenciado a baixa no exercício de 2020 junto à STN.

3.3. Estoques

Os estoques são os ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, prestação de serviços ou distribuição no curso normal de suas atividades.

Em 31/12/2019, a UFV apresentou um saldo de R\$ 824.873,18 relacionados aos estoques de material de consumo conforme Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) emitido pelo Almoxarifado Central, que equivaleu a 1,12% do total do Ativo Circulante no período.

Tabela 3 – Estoques – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Almoxarifado – Material de Consumo	824.873,18	1.043.513,01	(20,95)

Fonte: Siafi Web, 2019.

Ao comparar ao exercício de 2018, observou-se uma redução de 20,95% de sua composição em razão da retração do orçamento e otimização do consumo dos materiais existentes. Além de entraves licitatórios decorrentes de atrasos na entrega ou descumprimento do objeto e/ou cláusulas contratuais.

3.4. Imobilizado

Esta conta representou a maior parte do patrimônio da instituição, cerca de 94,28% do grupo do Ativo, no quarto trimestre de 2019. Tal fato deveu-se aos investimentos em bens móveis e imóveis ocasionados pela necessidade de adequação e reestruturação da capacidade instalada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas na instituição.



Além disso, em relação ao último exercício (2018) verificou-se um crescimento de apenas 0,27% devido à redução nos repasses de recursos para capital mediante aos contingenciamentos e bloqueios realizados pelo governo federal. Em 31/12/2019, o saldo de imobilizado da UFV alcançou R\$ 1.211.411.457,16.

O imobilizado da UFV é segregado em dois grupos: (i) bens móveis e (ii) bens imóveis demonstrados na Tabela 4. Ambos são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, construção ou produção e sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (se possuírem vida útil definida), redução ao valor recuperável e reavaliação.

Tabela 4 – Imobilizado – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Bens Móveis	102.174.758,98	104.532.488,16	(2,26)
(+) Valor Bruto Contábil	148.917.252,25	144.918.254,89	2,76
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(46.742.493,27)	(40.385.766,73)	15,74
Bens Imóveis	1.109.236.698,18	1.103.606.717,12	0,51
(+) Valor Bruto Contábil	1.117.793.444,99	1.108.045.869,89	0,88
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(8.556.746,81)	(4.439.152,77)	92,76
Total	1.211.411.457,16	1.208.139.205,28	0,27

Fonte: Siafi Web, 2019.

3.4.1. Bens Móveis

Este subgrupo do Imobilizado foi relevante no patrimônio total da instituição e representou 7,95% no fechamento do exercício de 2019. Neste, contabilizam-se os novos equipamentos, móveis, veículos e outros para utilização nas atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico e administrativo.

O item Bens Móveis apresentou uma redução de 2,26 no quarto trimestre de 2019 se comparado ao saldo final de 2018 devido aos contingenciamentos e corte de gastos promovidos pela UFV, que refletiram no volume de compras e aquisições de bens móveis. Os Bens Móveis da UFV, em 31/12/2019, totalizaram R\$ 102.174.758,98 distribuídos pelas contas contábeis disponibilizadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	AV % 2019	31/12/2018	AH %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	70.436.373,32	68,94	69.577.757,23	1,23
Bens de Informática	25.775.074,63	25,23	24.469.025,54	5,34
Móveis e Utensílios	20.704.169,61	20,26	19.877.603,14	4,16
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	12.018.255,67	11,76	11.874.888,59	1,21
Veículos	11.881.125,72	11,63	11.691.305,75	1,62
Bens Móveis em Andamento	7.768.542,43	7,60	7.093.963,77	9,51
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4.859,70	0,00	4.859,70	0,00
Demais Bens Móveis	328.851,17	0,32	328.851,17	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(43.742.493,27)	(42,81)	(40.385.766,73)	8,31
Total	102.174.758,98	100,00	104.532.488,16	(2,26)

Fonte: Siafi Web, 2019.

O subgrupo de bens móveis em andamento e bens de informática apresentaram um aumento de 9,51% e 5,34%, respectivamente, se comparado ao exercício de 2018.

Enquanto isso, os semoventes e equipamentos de montaria e demais bens móveis não sofreram alteração no decorrer do período, apesar de não relevantes no total de bens móveis. Os semoventes serão objeto de análise de controle físico junto à Divisão de Patrimônio. Ressalta-se que para registro desses bens deverá preceder à política de mensuração/depreciação com vistas a atender aos normativos legais nº 9764/2019 (doações) e 9373/2018 (desfazimento).



Do total de Bens Móveis registrados na UFV, em 31/12/2019, se considerar o valor contábil bruto, 68,94% referem-se às Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, cuja composição é detalhada na Tabela 6.

Tabela 6 – Bens Móveis de maior representatividade – Composição em 31/12/2019 R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	AV %
Aparelhos de Medição e Orientação	6.437.406,61	9,14
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.990.512,57	2,83
Equipamentos, Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hospitalares	38.044.766,22	54,01
Aparelho e Equipamento p/ Esportes e Diversões	748.605,05	1,06
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	1.538.101,64	2,18
Máquinas e Equipamentos Industriais	2.623.923,50	3,73
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.171.336,64	1,66
Máquinas e Equipamentos Gráficos	1.750.900,79	2,49
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.330.031,77	1,89
Equipamentos de Montaria	65.150,00	0,09
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	68.846,70	0,10
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	36.458,46	0,05
Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	4.734.577,06	6,72
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.741.319,93	3,89
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	7.132.702,37	10,13
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	21.734,01	0,03
Total	70.436.373,32	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019.

Como se observa na Tabela 6, o subgrupo referente à Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares representou 54,01% do grupo de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas no 4º trimestre de 2019, seguido pelas Máquinas, Utensílios e Equipamentos diversos com 10,13%.

3.4.2. Bens Imóveis

Esta conta representa a maior parte do patrimônio da instituição resultante dos investimentos aplicados em imobilizado para adequação da capacidade instalada a fim de abrigar as atividades acadêmicas e administrativas. Em relação ao exercício anterior, observou-se um acréscimo total de 0,51% nos bens imóveis.

Em 31/12/2019, considerando o valor bruto contábil, os Bens Imóveis da UFV totalizaram R\$ 1.109.236.698,18, ou seja, equivaleu a 86,35% do total do Ativo distribuídos nas contas contábeis demonstradas na Tabela 7.

Tabela 7 – Bens Imóveis– Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Bens de Uso Especial	925.560.738,74	925.560.738,74	0,00
Bens Imóveis em Andamento	192.232.706,25	182.485.131,15	5,34
Depreciação / Amortização Acumulada	(8.556.746,81)	(4.439.152,77)	92,76
Total	1.109.236.698,18	1.103.606.717,12	0,51

Fonte: Siafi Web, 2019.

Vale ressaltar que os Bens Imóveis em Andamento equivaleram a 17,33% dos bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFV sob o montante de R\$ 192.232.706,25 a valores brutos, na data de 31/12/2019. Tais bens remeteram às obras de infraestrutura e investimentos executados nos campi Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba.



O aumento de 92,76% na depreciação acumulada se deve a metodologia de cálculo do SPIUnet, cuja lógica adotada é de estoque de modo que pode refletir na variação dos valores apurados em razão de quaisquer alterações nos parâmetros de cálculo implicar em novos valores de mensuração.

Considerando o valor contábil bruto, o subgrupo de Bens Imóveis de Uso Especial representaram 83,44% do total de bens móveis e foi detalhado na Tabela 8.

Tabela 8 – Bens de Uso Especial – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AV %
Fazendas, Parques e Reservas	155.862.054,58	155.862.054,58	16,84
Imóveis de Uso Educacional	766.223.698,16	766.223.698,16	82,78
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.474.986,00	3.474.986,00	0,38
Total	925.560.738,74	925.560.738,74	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019.

O item de maior representatividade neste grupo foi Imóveis de Uso Educacional (82,78%), que englobou os prédios, salas e outras estruturas físicas destinadas exclusivamente ao ensino e pesquisa. Já os desembolsos efetuados no período e ainda não concluídos foram registrados em Bens Imóveis em Andamento. Vale ressaltar que os saldos deste grupo permaneceram inalterados em relação ao fechamento de 2018.

3.4.3. Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

Tais ajustes decorrem de efeitos da mudança de critério contábil ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes e devem ser reconhecidos na conta do patrimônio líquido.

No presente trimestre não houve registro de depreciação de exercícios anteriores com influência sobre o patrimônio da instituição. O registro no período de 2019 se refere aos ajustes de baixa de obrigação precatório de pessoal (TRF 1ª Região – 1JPR 90049).

3.5. Intangível

O intangível da UFV é composto unicamente por Softwares de vida útil indefinida como demonstrado na Tabela 9. Em 31/12/2019, este grupo fechou com o montante bruto de R\$ 89.306,89, correspondendo a 0,01% do total do Ativo.

Tabela 9 – Intangível – Composição R\$ 1,00

Software	31/12/2019	31/12/2018	AV % 2019
Windows 10 Professional e Winhome 10	7.579,91	7.579,91	8,49
Coreldraw Graphics Education Edition	700,00	700,00	0,78
Microsoft Sqslvrstdcore 2017 Sngl Olp Acad.	14.944,98	14.944,98	16,73
Grass Valley Edius Pro 9	4.788,00	4.788,00	5,36
Métrica Topo	5.500,00	0,00	6,16
Veterinário Doctorvet	55.794,00	0,00	62,47
Total	89.306,89	28.012,89	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019.

O aumento de 218,81% na conta Software com Vida útil indefinida, em relação a 31/12/2018, deveu-se à aquisição do software Veterinário Doctorvet da empresa Siematec Informática Eireli, o qual individualmente representou 62,47% do total de Intangível.

3.6. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DIRETORIA FINANCEIRA

4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos detalhadamente no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

3.6.1. Reavaliação e redução a valor recuperável

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, o valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; em caso de alteração na área construída, independentemente do valor investido; comprovação de ocorrência de quaisquer sinistros, como incêndio, desmoraonamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores dos bens imóveis são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independente da classificação, conforme os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais. Já os bens móveis da UFV, no exercício de 2019, não passaram pelo processo de reavaliação.

No exercício de 2019 não realizou o teste de perdas por redução ao valor recuperável de intangíveis.

3.6.2. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis iniciará a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de sua colocação em uso. Entretanto, caso o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês.

A UFV possui um sistema próprio para o cálculo da Depreciação e Reavaliação conhecido como Sistema Integrado de Materiais (SIM), que processa e gera os relatórios patrimoniais para repassar à contabilidade responsável por conciliar e registrar junto ao SIAFI.

O cálculo da depreciação é realizado por meio de segregações das principais contas por critério de relevância conforme a sugestão de implantação dos procedimentos da STN e manual SIAFI macrofunção 02.03.30.

3.6.2.1. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro, controle e atualização do valor patrimonial dos imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que é registrada no SIAFI com base no arquivo encaminhado pela SPU à STN.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é de apuração mensal e automática pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão. Para tanto, utiliza-se o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação se inicia no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, ou seja, é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado pela seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão



A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Em 2019, a atualização da depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foram registradas pela CCONT/STN com base no ativo imobilizado.

3.7. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo

Este grupo apresentou uma variação de 41,43% se comparar o 4º trimestre de 2019 com o exercício de 2018 e representou 32,91% do Passivo total. Vale ressaltar que os valores de Férias a pagar destacados na Tabela 10 se referem às provisões lançadas mensalmente.

Tabela 10 – Obrigações a Pagar Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Salários, remuneração e benefícios	52.201.927,91	51.383.836,90	1,59
Férias a pagar	20.011.974,43	0,00	-
Precatórios de Pessoal	963.615,58	332.394,95	189,90
Benefícios previdenciários a pagar	5.274,00	3.955,50	33,33
Contribuição a Entidades de Previdência Complementar	77.188,85	80.579,59	(4,21)
Total	73.259.980,77	51.800.766,94	41,43

Fonte: Siafi Web, 2019.

Os valores que passaram a pagar referem-se à folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2019 devido às mudanças na rotina de pagamento implantadas a partir de 31/12/2018. Assim, as ordens bancárias foram processadas no primeiro dia útil do mês seguinte à sua assinatura realizada no último dia útil do mês. Deste modo, o saldo perdurou nas contas de Passivo no fechamento do 4º trimestre ocorrido em 31/12/2019.

3.8. Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2019, a UFV (órgão 26282) apresentou um saldo em aberto de R\$ 3.139.650,34 referente a fornecedores a pagar no curto prazo nacionais conforme consta na Tabela 11. Este grupo representou 0,24% das obrigações de curto prazo da UFV no período, englobando os compromissos na manutenção das atividades acadêmicas e administrativas.

Em relação ao exercício de 2018, observou-se uma redução de 65,65% em detrimento da redução de aquisições mediante os contingenciamentos do orçamento, bloqueios de recursos e mudança na metodologia de repasse de recursos financeiros, que passou a verificar o saldo de despesas liquidadas, reduzindo significativamente o passivo com terceiros.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Circulante - Nacionais	3.139.650,34	9.139.657,62	(65,65)

Fonte: Siafi Web, 2019.

A totalidade dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se referem aos nacionais, que foram segregados na Tabela 12 por unidades gestoras na data base de 31/12/2019.

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Unidade Gestora 154051 – Campus Viçosa	3.115.093,68	8.694.894,62	(64,17)
Unidade Gestora 154052 – CEDAF	24.556,66	444.763,00	(94,48)



Total	3.139.650,34	9.139.657,62	(65,65)
--------------	---------------------	---------------------	----------------

Fonte: Siafi Web, 2019.

A unidade gestora 154051 é responsável por 99,22% do total dos fornecedores e contas a pagar a curto prazo, que sofreu um decréscimo de 64,17% se comparado ao exercício de 2018, tem em vista a redução das aquisições. Na Tabela 13, apresentou-se a relação dos fornecedores de maior volume de saldo em aberto na data base de 31/12/2019.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor R\$ 1,00

Fornecedores	31/12/2019	AV %
Fundação Arthur Bernardes	2.390.245,15	76,73
MT Empreiteira Ltda.	153.280,13	4,92
Pluma Terceirização Eireli	121.972,05	3,92
Previne Incêndio – Serviços e Comércio Ltda.	111.723,24	3,59
Caleche Comércio e Serviços Ltda.	100.005,65	3,21
Renova – Comércio e Serviços Ltda.	41.399,48	1,33
Paulo Afonso Miranda & Cia Ltda.	34.596,42	1,11
Casa de Caridade de Viçosa – Hospital São Sebastião	33.333,36	1,07
Samuel Garcia de Oliveira	32.619,28	1,05
Copagaz Distribuidora de Gás S.A.	23.870,69	0,77
Datagroup Serviços Ltda.	18.712,47	0,60
White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda.	11.156,13	0,36
JM & Turismo Eireli	6.157,54	0,20
Empreendimento Comercial Saara Ltda.	5.316,00	0,17
Demais	30.706,09	0,99
Total	3.115.093,68	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019.

Os principais fornecedores informados na Tabela 13 representam 99,01% do total a ser pago, dos quais cerca de 76,73% destinam-se à Fundação Arthur Bernardes, cujas obrigações originaram-se da liquidação de despesas de transferência para a execução de projetos de apoio institucional e o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária.

3.9. Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo do Passivo – Demais Obrigações a Curto Prazo, em 31/12/2019, apresentou um saldo de R\$ 346.475.936,66.

Tabela 14 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Consignações	8.605.914,21	8.683.998,50	(0,90)
Depósitos não judiciais	189.518,44	185.940,09	1,92
Outras obrigações a Curto Prazo	337.680.504,01	845.071,20	39.858,82
- Diárias a Pagar	2.288,51	666,36	243,43
- Precatórios de terceiros	236.071.135,25	0,00	-
- Incentivos a Educação, Cultura e Outros	244.119,39	841.807,81	(71,00)
- Saque – Catão de Pagamento do Governo Federal	1.141,96	2.597,03	(56,03)
- Transferências Financeiras a Comprovar - TED	101.361.818,90	0,00	-
Total	346.475.936,66	9.715.009,79	3.466,40

Fonte: Siafi Web, 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DIRETORIA FINANCEIRA

O aumento significativo no 4º trimestre de 2019 deveu-se a apropriação de passivo oriundo de recebimento de créditos e recursos de natureza orçamentária por Termos de Execução Descentralizada (TED) e o registro de Precatórios de Terceiros, que culminaram na maior representatividade (97,39%) em comparação ao total das Demais Obrigações a Curto Prazo.

Os Precatórios de terceiros referem-se aos compromissos de curto prazo a pagar em 2020 conforme orientação da SEANA/DICOC 9080715 e informação DICAJ 9525140 processo SEI: 0023704.69.2019.4.01.8000 – ano 2020.

O crescimento significativo dos TEDs foi ocasionado pela nova rotina da contabilização na UG repassadora. Em janeiro de 2019, a STN implantou uma nova rotina de operacionalização dos TEDs com contabilização das contas patrimoniais nas UGs repassadoras e receptoras dos recursos. Por isso, enquanto houver recursos pendentes de comprovação pela UG receptora, a UG descentralizadora deverá apropriar o direito na Conta 11382.38.00 e a UG receptora registrará a obrigação na conta 218920600 com base no seguinte lançamento contábil:

Quadro 1 – Contabilização dos TEDs

Lançamento na UG repassadora:	Lançamento da UG receptora:
D – 11382.38.00 – Adiantamento TED	D – 36402.01.00 – VPD Incorporação de Passivos
C – 46392.01.00 – VPA Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	C – 21892.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar TED

Fonte: STN (2019).

Assim, a conta 21892.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar (TED) - que não possuía saldo em dezembro de 2018 apresentou R\$ 101 milhões no 4º trimestre de 2019 devido aos novos procedimentos de registros contábeis.

O montante de Consignações refere-se à folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2019 devido às mudanças na rotina de pagamento implantadas a partir de 31/12/2018, nas quais as ordens bancárias pagas no último dia de dezembro de 2019 foram realizadas no primeiro dia útil de janeiro de 2020. Com isso, o saldo constou nas contas de Passivo no fechamento do balanço, mas foram zeradas no dia útil seguinte mediante a realização dos pagamentos.

Os Incentivos a Educação, Cultura e Outros referem-se a auxílio financeiro a estudantes liquidados e não pagos até 31/12/2019, cuja redução foi de 71,00% em relação a 2018. As Outras obrigações a curto prazo remetem aos TED's celebrados com outros órgãos, que aguardam a prestação de contas, corresponderam a 29,26% do total do grupo das Demais Obrigações a Curto Prazo. Os Depósitos não judiciais correspondem aos depósitos e cauções de fornecedores que executam contratos com a UFV, cuja baixa depende do encerramento destes, o acréscimo foi de 1,92% no período analisado.

3.10. Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

O grupo de Ativo Financeiro da UFV, no valor de R\$ 71.487.569,57, em 31/12/2019, compreendeu os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, tendo em vista o decréscimo de 3,30% se comparado com o exercício anterior. O Ativo Permanente englobou os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependia de autorização legislativa no total de R\$ 1.213.421.454,82 após uma redução de 0,02% em relação a 2018.

Por outro lado, o Passivo Financeiro incluiu as dívidas fundadas e outros pagamentos independentes de autorização orçamentária no valor total de R\$ 107.817.479,52 com um acréscimo de 1,95% em relação a 2018. O Passivo Permanente considerou as dívidas fundadas e outras dependentes de autorização legislativa para amortização ou resgate no montante de R\$ 358.801.508,55 como exposto na Tabela 15.



Tabela 15 – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Ativo Financeiro	71.487.569,57	73.925.761,82	(3,30)
Ativo Permanente	1.213.421.454,82	1.213.632.183,69	(0,02)
Passivo Financeiro	107.817.479,52	105.756.970,86	1,95
Passivo Permanente	358.801.508,55	526.098,04	68.100,50

Fonte: Siafi Web, 2019.

Assim, pode-se calcular o superavit ou deficit financeiro por meio da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. Na UFV, o desequilíbrio entre o ativo financeiro e o passivo financeiro sem contrapartida foi identificado e solicitado junto a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) sua devida baixa e regularização.

3.11. Atos Potenciais Ativos

A UFV apresentou um saldo de R\$ 57.289.866,72 sob a forma de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres e R\$ 508.678,60 em Direitos Contratuais a Executar constante no Quadro de Compensações do Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos descritos na Tabela 16, ou seja, corresponderam a 99,12% e 0,88% do total de Atos Potenciais Ativos, respectivamente.

Tabela 16 – Atos Potencias Ativos – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	57.289.866,72	45.987.276,29	24,58
Direitos Contratuais a Executar	508.678,60	508.678,60	0,00
Execução dos Atos Potenciais Ativos	57.798.545,32	46.495.954,89	24,31

Fonte: Siafi Web, 2019.

O crescimento de 24,58% nos Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres, em relação ao exercício de 2018, reflete os registros das garantias e seguros dos contratos e instrumentos congêneres relacionados aos instrumentos celebrados com a UFV.

3.12. Atos Potenciais Passivos

Em 31/12/2019, a UFV apresentou um saldo de R\$ 151.095.799,00 referente aos Atos Potenciais Passivos-Obrigações Contratuais a Executar. Na Tabela 17, demonstra-se a composição dos Atos Potenciais Passivos conforme a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 17 – Obrigações Contratuais – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Alugueis	434.546,44	371.146,99	17,08
Fornecimento de Bens	8.053.376,67	7.145.649,78	12,70
Seguros	96.035,71	96.035,71	0,00
Serviços	142.511.840,18	130.150.875,13	9,50
Obrigações Contratuais a Executar	151.095.799,00	137.763.707,61	9,68

Fonte: Siafi Web, 2019.

As obrigações contratuais de serviços (339039) representaram 94,32% do total das obrigações assumidas pela UFV em 31/12/2019. Na Tabela 18, detalharam-se as unidades gestoras contratantes e seus respectivos valores em 31/12/2019.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante R\$ 1,00

UG Contratante	31/12/2019	31/12/2018	AH %
154051 - UFV	138.972.887,44	131.056.529,79	6,04



154052 - CEDAF	12.050.500,90	6.634.332,89	81,64
154053 - CEPET	72.410,66	72.844,93	(0,60)
Total	151.095.799,00	137.763.707,61	9,68

Fonte: Siafi Web, 2019.

Já na Tabela 19 apresenta-se a relação dos contratados, cujos saldos a executar na data base de 31/12/2019 representaram 82,51% do total das Obrigações Contratuais.

Tabela 19 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante R\$ 1,00

Contratados	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %
Facev - Fundação Artística, Cultural e de Educação	17.943.963,32	11,88	21.572.300,40	15,66
Adcon - Administração e Conservação Eireli	15.412.536,83	10,20	21.370.530,31	15,51
Cemig Distribuição S.A	12.127.824,54	8,03	10.665.662,94	7,74
Visual Construtora Del Rei Ltda	10.748.322,01	7,11	10.748.322,01	7,80
Fundação Arthur Bernardes	9.234.908,84	6,11	10.873.893,17	7,89
Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda	8.141.797,69	5,39	485.485,66	0,35
Alcance Engenharia e Construção Ltda	7.933.912,03	5,25	10.704.574,38	7,77
S & M Conservação e Limpeza Ltda	7.616.045,73	5,04	-	-
Colabore - Servicos De Vigilancia Armada Ltda	7.614.189,02	5,04	497.454,48	0,36
Artebrilho Multservicos Ltda	7.129.346,16	4,72	5.778.066,09	4,19
Eletrodata Engenharia Ltda	4.372.162,49	2,89	-	-
JM & T Turismo - Eireli	2.629.588,73	1,74	1.872.039,25	1,36
Iany Santos Locação de Mão-de-Obra Ltda	2.455.960,04	1,63	2.107.177,07	1,53
Telemar Norte Leste S/A – em recuperação judicial	2.210.010,00	1,46	4.953.291,40	3,60
Global Engenharia e Meio Ambiente Ltda.	1.854.944,85	1,23	1.854.944,85	1,35
Pupo Cozinha Industrial Eireli	1.709.662,82	1,13	-	-
Ticket Soluções HDFGT S/A	1.707.205,82	1,13	1.318.014,54	0,96
Universitária Locadora de Veículos Ltda	1.559.464,97	1,03	1.605.919,91	1,17
Mundo Telecomunicações e Informática Ltda	1.544.358,23	1,02	1.344.999,96	0,98
Algar Telecom S/A	1.527.588,09	1,01	1.511.702,59	1,10
Fundo de Imprensa Nacional/ Exec. Orc. Financ.	1.488.080,40	0,98	1.396.055,44	1,01
Eduardo Raymundo de Oliveira & Cia Ltda	1.423.289,53	0,94	1.208.348,76	0,88
Paratitur Transportes Ltda	1.373.680,16	0,91	1.165.557,54	0,85
Trigoleve Industria e Comercio Ltda	1.243.237,17	0,82	637.480,04	0,46
Demais	20.093.719,53	13,30	24.091.886,82	17,49
Total	151.095.799,00	100,00	137.763.707,61	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019.

Com base na Tabela 19, pode-se constatar a assinatura de novos contratos no decorrer do exercício de 2019 comprovada pela ampliação de 9,68% do total de Obrigações Contratuais e a finalização de outros apresentados nos demonstrativos de exercícios anteriores. Além disso, os contratados listados na Tabela 18 representaram 86,7% dos contratos vigentes na instituição em 31/12/2019.

Os principais objetos contratados junto às empresas de maior representatividade foram:

- Facev - Fundação Artística, Cultural e de Educação: Serviços de apoio a serviços e projetos institucionais;
- Adcon - Administração e Conservação: Serviços de terceirizações diversas;
- Cemig Distribuição S.A: Serviço de fornecimento energia elétrica;
- Visual Construtora Del Rei Ltda: Serviços de obras de construção civil no departamento de fitotecnia – Campus Viçosa;
- Fundação Arthur Bernardes: Serviços de apoio a serviços e projetos institucionais;

(f) Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda: Serviços de obras de construção civil – Reforma e ampliação do hospital veterinário.

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário representa a composição das receitas e despesas orçamentárias orçadas e realizadas da UFV no quarto trimestre de 2019. Os itens mais relevantes do BO serão detalhados para discussão nos subtópicos 4.1 a 4.4.

4.1. Receitas

As receitas da UFV, para fins de análise do BO, não abarcaram as receitas de transferências financeiras constantes no demonstrativo de variações patrimoniais aumentativas (DVP) e Balanço Financeiro (BF), ver item 4.3. Resultado Orçamentário.

4.1.1. Receitas Correntes

As receitas correntes realizadas no exercício de 2019 superaram a previsão inicial e atualizada, alcançando o valor total de R\$ 11.173.921,27 como demonstrado na Tabela 20. Tal saldo decorreu, principalmente, das receitas de serviços, que corresponderam a 86,32% do total das receitas realizadas, desconsideradas as transferências. Essas receitas de serviços advêm da exploração das atividades educacionais e administrativas, como taxas de concursos, emissão de documentos, hospedagem e alimentação, ou podem resultar de estudos e pesquisas diversas.

Por outro lado, outras receitas também são auferidas pela UFV em decorrência da exploração dos ativos disponíveis na instituição como os aluguéis de imóveis recebido de outras instituições e empresas que utilizam o espaço para realizar suas atividades operacionais. Tais receitas representaram cerca de 12,03% do total de receitas realizadas.

Tabela 20 – Receitas Realizadas – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2019	AV %
Receitas de Serviços	9.645.060,09	86,32
Receita Patrimonial	1.344.180,86	12,03
Receita Industrial	6.966,09	0,06
Outras Receitas Correntes	177.714,23	1,59
Total	11.173.921,27	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019.

No grupo de Outras receitas correntes estão contabilizadas as indenizações, restituições, ressarcimentos e reposição ao erário descontadas em folha de pagamento, dentre outras. Na Tabela 21 apresentou-se a variação dos valores previstos e efetivamente arrecadados a título de receitas correntes.

Tabela 21 – Arrecadação Prevista X Arrecadação Realizada em 2019 – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	Previsto	Arrecadado	Saldo
Receitas de Serviços	9.386.822,00	9.645.060,09	258.238,09
Receita Patrimonial	1.516.000,00	1.344.180,86	(171.819,14)
Receita Industrial	5.166,00	6.966,09	1.800,09
Outras Receitas Correntes	0,00	177.714,23	177.714,23
Total	10.907.988,00	11.173.921,27	265.933,27

Fonte: Siafi Web, 2019.

Como se observa na Tabela 21, o saldo arrecadado de receitas correntes foi superior ao previsto em R\$ 265.933,27, que equivale à evolução de 2,44% no exercício de 2019.

4.1.2. Receitas de Capital

A principal fonte de receita de capital prevista é a alienação de bens móveis por meio da realização de leilões, principalmente, de veículos e semoventes. Em 2019, esta foi a única receita de capital realizada no montante de R\$ 91.200,00 com um acréscimo de 52,51% do total previsto inicialmente no orçamento, que era R\$ 59.800,00.

4.2. Despesas

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos autorizados pelo Poder Legislativo para atender a necessidade da coletividade prevista/fixada no orçamento. O demonstrativo expõe a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas) por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária.

Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica das Despesas Correntes; e os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, às Despesas de Capital.

Inicialmente, a UFV teve seu orçamento aprovado para o exercício de 2019 no valor de R\$ 916.086.098,00. No entanto, o pagamento das despesas correntes a UFV demandou a suplementação, totalizando R\$ 951.858.805,00, ou seja, apresentou um acréscimo de 3,90% em relação à dotação inicial, conforme exposto na Tabela 22.

Tabela 22 – Dotação Inicial X Dotação Atualizada da UFV em 2019 – Composição R\$ 1,00

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	AH %
Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	767.497.885,00	805.896.789,00	5,00
Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes	132.647.074,00	139.140.519,00	4,90
Despesas de Capital - Investimentos	15.941.139,00	6.821.497,00	(57,21)
Total	916.086.098,00	951.858.805,00	3,90

Fonte: Siafi Web, 2019.

Na Tabela 22 pode-se observar a evolução das despesas correntes de pessoal e encargos sociais na ordem de 5,00%, das outras despesas correntes de 4,90% e queda de 57,21% nas despesas de capital – investimentos. Do total de Despesas Empenhadas de R\$ 973.934.475,70 o montante de R\$ 871.351.273,67 foi efetivamente liquidado e pago no exercício de 2019.

Vale ressaltar que a UFV recebeu o saldo de R\$ 47.473.276,48 a título de descentralização de outros órgão do governo como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Fundo de Defesa da Economia Cafeeira; Ministério da Educação; Ministério da Cidadania; dentre outros. Além de conceder a descentralização no valor de R\$ 956.832,49 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

4.2.1. Despesas Correntes

O orçamento foi realizado acima da Dotação Inicial Prevista e as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais chegaram a 84,67% do total das despesas liquidadas e pagas. Já as relacionadas às Outras Despesas Correntes corresponderam a 14,62% da Dotação Atualizada do grupo de despesas.

O grupo de natureza de despesa com Pessoal e Encargos se refere aos valores pertinentes à folha de pagamento e seus encargos sociais. As Outras Despesas Correntes englobam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e outras despesas não classificáveis nos demais grupos. Nesse grupo estão incluídos os gastos diretos com



terceirização de mão de obra voltados para o apoio administrativo, manutenção predial, serviços de limpeza, programadores e serviços de vigilância.

As demais despesas da folha são compostas por benefícios, despesas com estagiários, serviços de seleção e treinamento, ajuda de custo, auxílio funeral, auxílio natalidade, pessoal requisitado, indenização de moradia, ressarcimento de mensalidades, residência multiprofissional e encargos patronais também integram o total de Outras Despesas Correntes empenhadas.

4.2.2. Despesas de Capital

Este grupo está voltado para as atividades de manutenção das instalações e serviços diversos com ensino, pesquisa e extensão, cujo principal e único item no exercício de 2019 no âmbito da UFV são os Investimentos ou obras em execução. No grupo de natureza de Despesas – Investimentos também são contabilizadas as despesas orçamentárias com softwares, planejamento e execução de obras, aquisições de instalações, equipamentos e material permanente. Os Investimentos representaram apenas 0,72% das despesas executadas em 2019 devido à redução dos repasses de recursos de capital.

4.3. Resultado Orçamentário

Até o quarto trimestre de 2019, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 11 milhões e as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 952 milhões, ou seja, gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$ 941 milhões. Essa disparidade se justifica pelos valores constantes na Previsão Atualizada e nas Receitas Realizadas corresponderem às receitas próprias arrecadadas pelo órgão não computando os créditos orçamentários recebidos das despesas fixadas (Dotação Atualizada). Esses créditos não aparecem no BO pelo fato da metodologia de sua elaboração ser por “ente” ao invés de “órgão/UG”.

Para compreender essa situação deve-se reportar ao Balanço Financeiro e verificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas ao lado dos Ingressos correspondem ao total de créditos orçamentários recebidos de R\$ 931 milhões. Portanto, as disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas) somaram aproximadamente R\$ 968 milhões e foram suficientes para atender às despesas pagas de R\$ 951 milhões.

Pela análise da composição das despesas no BF, observa-se que a Dotação Atualizada (R\$ 951 milhões) superou as despesas empenhadas (R\$ 916 milhões). O montante superior da execução orçamentária deveu-se, principalmente, às despesas com pessoal e encargos sociais pelo fato dos créditos adicionais não serem computados nas despesas de caráter discricionário.

4.4. Restos a Pagar

Pelo Decreto nº 93.872/1986, no artigo 67, os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 dezembro devido a não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, bem como aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

4.4.1. Restos a Pagar Não Processados

Este item é composto em grande parte por despesas de investimentos oriundas de obras e serviços de engenharia, com peculiaridades que exigem a fiscalização e consequente provisão orçamentária para a conclusão, mas que estão previstos no orçamento da instituição. Os saldos reinscritos ou alongados de exercícios anteriores foram averiguados junto aos responsáveis pela contratação para as devidas providências e justificativas.

Tabela 23 – Execução de Restos a Pagar Não Processados – Composição

R\$ 1,00

Despesas	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2018	Pagos	Cancelados
Despesas Correntes – Outras Despesas	2.746.755,13	14.520.310,40	14.632.057,11	1.589.605,97



Correntes				
Despesas de Capital - Investimentos	8.951.830,24	9.190.108,80	8.280.559,61	8.385.772,16
Total	11.698.585,37	23.710.419,20	22.912.616,72	9.975.378,13

Fonte: Siafi Web, 2019.

Na Tabela 23, observa-se que R\$ 23.710.419,20 (67,13%) se refere aos restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 11.608.585,37 (32,87%) advindos de exercícios anteriores, ou seja, configuram os restos a pagar não processados reinscritos.

Além disso, até o final do 4º trimestre de 2019 foram pagos R\$ 22.912.616,72 e cancelados R\$ 9.975.378,13 do montante total inscrito em restos a pagar não processados. As Despesas Correntes representaram 61,24% dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e as Despesas de Capital, 76,52% em 31/12/2018.

4.4.2. Restos a Pagar Processados

Refere-se aos dispêndios advindos de obrigações decorrentes de liquidações de despesas, principalmente, de custeio. Dado a política de repasse de transferências intragovernamentais vinculadas às despesas efetivamente liquidadas, seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação. No encerramento do exercício, verifica-se que as despesas com investimento foram o único grupo das despesas de capital.

Tabela 24 – Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Composição R\$ 1,00

Despesas	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2018	Pagos	Cancelados
Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	0,00	56.351.644,57	56.351.644,57	0,00
Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes	2.422.552,94	6.784.797,84	6.914.472,00	135,36
Despesas de Capital - Investimentos	40.141,60	4.551.424,83	4.370.569,87	0,00
Total	2.462.694,54	67.687.867,24	67.636.686,44	135,36

Fonte: Siafi Web, 2019.

Na Tabela 24, pode constatar que R\$ 67.687.867,24 (96,49%) se refere aos restos a pagar processados inscritos em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 2.462.694,54 (3,51%) advindos de exercícios anteriores. Ao final de 2019, foram pagos R\$ 67.636.686,44 e cancelados R\$ 135,36 do montante total dos restos a pagar liquidados. Vale ressaltar que as Despesas Correntes corresponderam a 98,37% e 93,28% dos restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores e em 31/12/2018, respectivamente.

Por fim, salienta-se que R\$ 56.351.644,57 do saldo inscrito em Restos a Pagar Processados se referem à folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2019, que devido às mudanças na rotina de pagamento implantadas a partir de 31/12/2018, as ordens bancárias foram devolvidas e somente realizadas em 02/01/2020. Por isso, este saldo foi inscrito em Restos a Pagar Processados no fechamento do exercício de 2019 e quitado no primeiro dia útil do exercício de 2020.

5 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO – BF

A Lei nº 4.320/1964 disciplina que o Balanço Financeiro visa evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e transferidos para o início do exercício seguinte.



Ao comparar o 4º trimestre de 2018 e 2019 apresentado na Tabela 25, observou-se que a Receita Orçamentária apresentou uma elevação de 30,68% na arrecadação em decorrência, principalmente, da realização de concursos e processos seletivos durante o período analisado.

Tabela 25 – Resultado Financeiro – Em 31/12/2019 R\$ 1,00

Item	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Receitas Orçamentárias	11.265.121,27	8.620.696,59	30,68
Despesas Orçamentárias	(973.934.475,70)	(940.499.398,77)	3,56
	(962.669.354,43)	(931.878.702,18)	3,30
Transferências Financeiras Recebidas	957.619.350,92	936.718.385,98	2,23
Transferências Financeiras Concedidas	(9.424.244,89)	(10.914.889,14)	(13,66)
	948.195.106,03	925.803.496,84	2,42
Recebimentos Extraorçamentários	109.290.235,91	93.979.437,62	16,29
Despesas Extraorçamentárias	(97.254.179,76)	(28.077.216,47)	246,38
	120.036.056,15	65.902.221,15	(81,74)
Resultado Financeiro do Exercício	(2.438.192,25)	59.827.015,81	(104,08)

Fonte: Siafi Web, 2019.

Além disso, no encerramento do exercício de 2019 houve um acréscimo nas despesas orçamentárias de 3,56%. A análise aprofundada e comparativa entre as receitas e despesas orçamentárias foi abordada no tópico 4 das notas explicativas relacionadas ao Balanço Orçamentário.

Por outro lado, as transferências financeiras recebidas aumentaram 2,23% e as concedidas, advindas de devoluções e ajustes oriundos de TED's e Convênios finalizados, reduziram 13,66% no mesmo período. As Transferências Financeiras (Recebidas) – Independentes da Execução Orçamentária – são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para o pagamento de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Nesse sentido, os recebimentos extraorçamentários evoluíram 16,29% com a ampliação da inscrição de restos a pagar, que responderam por 93,86% do grupo. Já as despesas extraordinárias apresentaram um aumento de 246,38% com a elevação do pagamento de restos a pagar processados na ordem de R\$ 67 milhões. Por isso, o Resultado financeiro do quarto trimestre de 2019 foi negativo em R\$ 2,4 milhões após uma redução considerável de 104,08% em relação ao exercício anterior de 2018.

Vale ressaltar que o grupo de Recebimentos Extraorçamentários inclui a Inscrição de Restos a Pagar Não Processados ao lado dos Ingressos, que corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente de modo a compensar/equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) ao lado dos Dispêndios. Essa metodologia foi definida pela Lei nº 4.320/1964, a qual estabelece que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (art. 35). Portanto, as despesas empenhadas, e ainda não pagas até 31/12, são consideradas como restos a pagar não processados. Assim, "os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária" (art. 103, parágrafo único da Lei nº 4.320/64).

O incremento nas despesas extraorçamentárias pode estar associado às providências adotadas pelos órgãos vinculados ao MEC em cumprimento à determinação do TCU exarada no seu Acórdão nº 2823/2015-P para redução e contenção do estoque de restos a pagar no âmbito da administração pública federal, objeto dos ofícios circulares conjuntos da Secretaria de Orçamento Federal, da STN e da CGU.

Os itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Despesas Orçamentárias no total de R\$ 973 milhões, que englobam as despesas ordinárias e vinculadas fixadas no orçamento público, cuja realização depende de autorização legislativa.

5.1. Restos a Pagar Não Processados

Este item é composto por despesas de investimentos, oriundas de obras e serviços de engenharia que, dada suas peculiaridades, necessitam de fiscalização e, conseqüente, provisão orçamentária para conclusão. Tais créditos foram previstos no orçamento da instituição, mas não conseguiram ser executados dentro do exercício financeiro de referência. Além disso, os saldos reinscritos ou alongados de exercícios anteriores foram averiguados junto aos responsáveis pela contratação para as devidas providências e justificativas.

A inscrição em restos a pagar não processados apresentou uma elevação de 72,26% se comparado ao exercício de 2018, ou seja, passou de R\$ 23 milhões para R\$ 40 milhões devido ao atraso nos atestes e conferência das notas fiscais para o envio ao setor responsável em tempo hábil. Esse subgrupo representou 37,37% do total de Recebimentos Extraorçamentários.

5.2. Restos a Pagar Processados

Esse grupo se refere aos dispêndios originados de obrigações decorrentes das liquidações de despesas. No entanto, dado a política de repasse de transferências intragovernamentais vinculadas às despesas efetivamente liquidadas a sua evolução em relação aos restos a pagar não processados foi inferior e negativa em 8,46% se comparado a 2018.

A inscrição em restos a pagar processados representou 56,49% do total de Recebimentos Extraorçamentários no 4º trimestre de 2019.

5.3. Resultado Financeiro – Balanço Financeiro

O resultado financeiro do período foi deficitário em R\$ 2,4 bilhão e apresentou um decréscimo de 104,08% em relação ao exercício de 2018. Há duas formas para o cálculo do resultado (metodologia 1 e metodologia 2) apresentadas nas Tabelas 26 e 27.

Tabela 26 – Resultado Financeiro do período – Metodologia 1

R\$ 1,00

Metodologia 1	31/12/2019	31/12/2018	AH %
(+) Ingressos (exceto Caixa)	1.078.174.708,10	1.039.318.520,19	3,74
(-) Dispêndios (exceto Caixa)	1.080.612.900,35	979.491.504,38	10,32
Resultado Financeiro do Período	(2.438.192,25)	59.827.015,81	(104,08)

Fonte: Siafi Web, 2019.

Tabela 27 – Resultado Financeiro do período – Metodologia 2

R\$ 1,00

Metodologia 2	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	71.128.265,21	73.566.457,46	(3,31)
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo do Exercício Anterior	73.566.457,46	13.739.441,65	435,44
Resultado Financeiro do Período	(2.438.192,25)	59.827.015,81	(104,08)

Fonte: Siafi Web, 2019.

6. NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL – DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio e evidencia as alterações, resultantes ou não da execução orçamentária, para apurar o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP demonstra a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2019 foi deficitário em R\$ 355.260.423,45 ao confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas como exposto na Tabela 28.



Tabela 28 – Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) X Diminutivas (VPD) R\$ 1,00

Conta	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	985.011.072,41	972.682.737,05	1,27
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	1.340.271.495,86	938.026.544,83	42,88
Resultado Patrimonial do Período	(355.260.423,45)	34.656.192,22	(1.125,10)

Fonte: Siafi Web, 2019.

Enquanto as Variações Patrimoniais Aumentativas apresentaram uma evolução de 1,27% e as Diminutivas superaram 42,88% em relação ao exercício de 2018. Com isso, o resultado patrimonial do exercício de 2019 foi negativo em R\$ 355.260.423,45 perante a sua considerável redução em relação a 2018.

Nos tópicos seguintes serão apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros contabilizados no Balanço Patrimonial.

6.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

6.1.1. Vendas de Produtos

Representadas pelas receitas auferidas de terceiros referente aos serviços e/ou venda produtos decorrente de atividades da gráfica/editora UFV. Tal receita não é relevante se comparada à totalidade das variações patrimoniais aumentativas da instituição pelo fato de ser sazonal, mas apresentou uma evolução positiva de 222,83% em relação ao exercício de 2018.

6.1.2. Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Registra as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços, que resultam em aumento do patrimônio líquido independentemente de ingresso. Este subgrupo representou 1,04% das VPAs em 2019, com um crescimento de 36,90% em relação ao exercício de 2018.

6.1.3. Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Compreende o valor total das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central e aplicação de recursos da conta única de acordo com a rentabilidade média intrínseca dos títulos do Tesouro. Em 2019, este item correspondeu a 0,07% do grupo de VPAs e teve um decréscimo de 26,19% se comparado ao exercício de 2018.

6.1.4. Transferências Intragovernamentais

Dado as características dos créditos orçamentários da instituição, esse item apresenta a maior representatividade (97,22%) no grupo de receitas recebidas por ser a principal fonte de recursos no montante de R\$ 957.619.350,92. Embora sua evolução tenha sido de 2,23% se comparado ao exercício de 2018.

6.1.5. Reavaliação de Ativos

Refere-se ao registro de atualização ou reavaliação dos valores dos imóveis da instituição, com base na infraestrutura instalada necessária para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas, gerados a partir do sistema SPIUnet. Em 2019, não houve registro contábil nessa conta com base na DVP.

6.1.6. Ganhos com Alienação

Compreende o ganho com alienação de ativos, ou seja, quando o valor alienado é maior que o seu valor contábil. Em 2019, esse ganho aumentou 55,50% em relação a 2018 devido a realização de leilão para dispor de bens.

6.1.7. Ganhos com Desincorporação de Passivos

A variação deste grupo se refere à conta 46401.0100 – Ganhos com Desincorporação de Passivo na UG 154051. Em 2018, inexistia saldo nessa conta que foi alterada em razão da nova rotina de TED (Termo de Execução Descentralizada), quando começou a apropriar o ativo (conta 11382.38.00 - Adiantamento de TED) com contrapartida na VPA da UG descentralizadora. A apropriação do ativo como contrapartida dessa VPA foi abordada em nota explicativa do BP.



6.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

6.2.1. Remuneração a Pessoal

Representa as variações da remuneração do pessoal ativo civil ou militar reduzidas dos subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Portanto, é a principal despesa institucional gerada pela provisão de despesas com pessoal ativo e inativo, cuja representatividade foi de 32,37% das VPDs com um acréscimo de 8,80% em relação ao exercício de 2018.

6.2.2. Encargos Patronais

Referem-se às despesas decorrentes dos custos com remuneração de pessoal e pensionistas, que apresentou um acréscimo de 0,99% em relação ao exercício de 2018. Este grupo representou 6,18% do total das VPDs.

6.2.3. Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social e do regime geral da previdência social, bem como as ações de assistência social. Portanto, equivale ao dispêndio institucional com benefícios e aposentadoria do pessoal inativo na ordem de 22,77% das VPDs mediante o acréscimo de 7,92% se comparado ao exercício anterior.

6.2.4. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Corresponde às diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras. Este grupo representou 25,52% das VPDs com uma evolução de 266,09% em relação a 2018. Vale ressaltar que a depreciação mensal dos bens foi devidamente lançada com base no Relatório de Movimentação de Bens (RMB).

6.2.5. Transferências e Delegações Concedidas

Englobam as transferências intergovernamentais, intragovernamentais, a instituições multigovernamentais, privadas com ou sem fins lucrativos, convênios, ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Na UFV, as principais transferências se referem as intragovernamentais (CEDAF e CEPET), a instituições privadas (ANDIFES), ao exterior (anuidade da Associação da Câmara do Comércio Brasil – Catalunha) e outras transferências (bens transferidos entre unidades gestoras subordinadas – CEDAF/CEPET/CRP). Ao comparar com o exercício anterior, constatou-se uma redução de 7,38% e sua representatividade foi de 0,81% do total das VPDs.

6.2.6. Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Incluem a desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

Na UFV, houve a incorporação de passivos na ordem de R\$ 114.798.986,77, que correspondeu a 8,57% das VPDs, referente ao registro da obrigação decorrente dos recursos financeiros recebidos do FNDE e outros para atender às despesas com plano de trabalho (TED). A desincorporação de ativos de R\$ 672.403,30 (0,05% das VPDs) devido às baixas de bens móveis nos três campi com base no relatório RMB.

6.2.7. Incentivos

No grupo de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas houve a redução de 7,36% dos incentivos, que representaram 0,71% das VPDs de 2019 e incluíram o pagamento de bolsas de estudos diversos nos campi Viçosa e CEDAF.

7. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

7.1. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes Caixa

No 4º trimestre de 2019, a Geração Líquida de Caixa apresentou um decréscimo se comparado a 2018. Na Tabela 29, detalhou-se a formação de Caixa e equivalentes de caixa ocorrida no exercício de 2019.

Tabela 29 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação R\$ 1,00

Item	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	73.566.457,46	13.739.441,65	435,44
Geração Líquida de Caixa			
- Atividades Operacionais	15.324.339,13	91.176.078,06	(83,19)
- Atividades de Investimentos	(17.762.531,38)	(31.349.062,25)	(43,34)
- Atividades de Financiamento	0,00	0,00	-
	(2.438.192,25)	59.827.015,81	(104,08)
Total	71.128.265,21	73.566.457,46	(3,31)

Fonte: Siafi Web, 2019.

O fluxo de caixa líquido inicial das atividades da UFV foi de R\$ 73.566.457,46 no 4º trimestre do exercício de 2019, enquanto em 2018 correspondia a R\$ 13.739.441,65. Tal fato se relaciona ao impedimento de utilização do superavit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior para abertura de créditos adicionais trazido pela EC nº 95 de 15/12/2016 e a Portaria SOF/MP nº 8, de 14/02/2017. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa final caiu 104,08% se comparado a 2018 mediante os contingenciamentos e bloqueios financeiros sofridos no exercício de 2019.

Adotando o princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC demonstram o resultado financeiro apurado no BF. Portanto, até o quarto trimestre de 2019, a geração líquida de caixa foi negativa em R\$ 2.438.192,25 devido à ampliação dos pagamentos extraorçamentários.

7.1.1. Atividades Operacionais

As atividades Operacionais foram as responsáveis pela maior movimentação na geração líquida de caixa. A receita de maior representatividade foi o grupo de Outros Ingressos representados pelas Transferências Financeiras Recebidas do MEC e outros órgãos no valor total de R\$ 957.619.350,92 conforme consta no Balanço Orçamentário.

Os desembolsos totalizaram R\$ 960.175.966,94 para cobrir os gastos com pessoal, transferências concedidas e outros desembolsos operacionais. Além disso, os ingressos provenientes de receitas próprias são insuficientes para custeá-los de modo que as transferências recebidas visam equalizar a situação.

Ao comparar os principais fluxos operacionais positivos em 31/12/2019, percebeu-se um montante de receita serviços de R\$ 9.645.060,09; seguido da remuneração das disponibilidades de R\$ 721.753,76 e receitas patrimoniais, de R\$ 622.427,10. Contudo, as receitas industrial (222,83%) e outras receitas derivadas e originárias (339,46%) concentraram a maior evolução em relação ao 4º trimestre de 2018. Em geral, os ingressos apresentaram um aumento de 2,89% face aos 12,05% de ampliação dos desembolsos operacionais voltados para agricultura e dispêndios extraorçamentários.

7.1.2. Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital distintas das destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas e transferências de capital recebidas. As despesas de capital são realizadas para formar e/ou adquirir ativos reais abrangendo, entre outras ações, o planejamento e execução de obras, compra de instalações,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DIRETORIA FINANCEIRA

equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, amortizações de dívida e concessões de empréstimos.

As atividades de investimento apresentaram um acréscimo de 43,34% em relação ao exercício de 2018, em decorrência da redução da aquisição de ativos não circulante, outros desembolsos de investimentos e aumento na alienação de bens.

7.1.3. Atividades de Financiamento

Na UFV, não há registros até o término do quarto trimestre do exercício 2019 de atividades relacionadas às operações de créditos, amortizações de empréstimos concedidos e outras receitas de capital consideradas como atividades de financiamento.